O DESCASO NÃO É POR ACASO: SUPEREXPLORAÇÃO, DEPENDÊNCIA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA COMUNIDADE DO SAPÊ EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (2025)

Vinicius Fonseca Rocha[1], Dra. Lidiane Maria Maciel[2]

[1]Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, vinifonseca234@gmail.com. [2]Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, lidiani.maciel@gmail.com.

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise histórico-sociológica das condições de vida da Comunidade do Sapê (Chácara Sol Nascente), localizada na região leste de São José dos Campos/SP, a partir dos dados do Censo Comunitário realizado pelo NEPACS/Univap em 2025. A pesquisa utiliza dos fundamentos do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels com a Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini, em específico, as categorias de superexploração do trabalho, ciclo do capital dependente e subimperialismo, a metodologia é descritiva analítica. Como resultados observa-se que a precariedade estrutural da comunidade marcada pela ausência de saneamento básico, energia regularizada, pavimentação, acesso à água potável e regularização fundiária não se trata de um caso atípico ou ocasional, mas o reflexo de um padrão histórico de reprodução do capital que se sustenta e gera populações precarizadas, mantidas em condições de vulnerabilidade com a função de garantir a acumulação nos estratos superiores da hierarquia urbana e produtiva. O Sapê, inserido numa das cidades mais ricas do Brasil, deixa evidente como a segregação socioespacial é um mecanismo deliberado de manutenção da ordem social capitalista dependente.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho. Teoria Marxista da Dependência. Segregação socioespacial. Vulnerabilidade urbana. São José dos Campos.

Área do Conhecimento: História - Ciências Humanas

Introdução

O bairro do Sapê I oficialmente denominado Chácara Sol Nascente está localizado na região leste de São José dos Campos, um dos municípios com maior PIB per capita do Brasil, polo aeroespacial e tecnológico de relevância internacional. A comunidade abriga 384 pessoas distribuídas em 118 domicílios habitados, segundo o Censo Comunitário realizado pelo Núcleo de Extensão Pesquisação Cartografias Sociais (NEPACS), vinculado à Universidade do Vale do Paraíba (Univap), entre abril e maio de 2025 (Silva et al., 2025). Às margens do Rio Cambuí, sem pavimentação, saneamento, energia regularizada ou endereço legal, o Sapê é geograficamente central e socialmente invisível.

A presente análise parte da hipótese de que essa invisibilidade não é acidental. Utilizando como fundamento metodológico o materialismo histórico de Marx e Engels e a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de Marini em especial a categoria de superexploração do trabalho , propõe-se demonstrar que a precariedade do Sapê é o resultado histórico de um padrão de reprodução capitalista que, em economias dependentes como a brasileira, exige a manutenção de segmentos populacionais abaixo do valor de sua força de trabalho, tanto como mecanismo de acumulação quanto como instrumento de disciplina social.

A articulação entre o Censo Comunitário de 2025 e o referencial teórico marxista e marinista permite revelar, nos dados quantitativos do levantamento, as estruturas históricas que os produziram e que os perpetuaram. O objetivo é contribuir para uma história social do presente, que identifique nas condições materiais concretas de uma comunidade do Vale do Paraíba os traços de processos históricos de longa duração.

Metodologia

A pesquisa adota o método do materialismo histórico-dialético como orientação epistemológica, operacionalizado em duas dimensões complementares. A primeira é empírica: os dados utilizados provêm do Censo Comunitário do Sapê I, conduzido pelo NEPACS/Univap entre 10 de abril e 1.º de maio de 2025, que aplicou 156 questionários domiciliares estruturados segundo a metodologia do Censo Demográfico do IBGE, com adaptações inspiradas no censo comunitário da Maré (RJ) (Silva et al., 2025). A coleta foi realizada por pesquisadoras em parceria com moradores, percorrendo casa a casa as duas ruas e duas travessas que compõem o bairro.

A segunda dimensão é teórico-bibliográfica: os dados são interpretados à luz das categorias centrais de Marx e Engels especialmente a teoria da mais-valia, o exército industrial de reserva e a acumulação por espoliação, desenvolvidas em O Capital (1867) e A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845) e das categorias da Teoria Marxista da Dependência, em particular o conceito de superexploração do trabalho, o ciclo do capital dependente e o subimperialismo, formulados por Marini em A Acumulação Capitalista Dependente e a Superexploração do Trabalho (1972) e Dependência e Subimperialismo na América Latina (1973), reunidos na coletânea Dependência e Revolução na América Latina: textos selecionados (1972 1994) (Marini, 2025).

A triangulação entre dados censitários, referencial marxista clássico e TMD permite ir além da descrição da pobreza para atingir a explicação de suas causas estruturais e de sua função no interior do modelo de desenvolvimento capitalista dependente vigente no Brasil.

Resultados

Marini estabelece, em sua análise da acumulação capitalista dependente, que a especificidade das economias periféricas latino-americanas reside na cisão estrutural entre o processo de produção e o processo de realização do capital. Em países centrais, o capitalista tem interesse contraditório em relação ao salário: na fase de produção, deseja reduzi-lo ao máximo; na fase de circulação, depende do consumo dos trabalhadores para realizar a produção. Esse antagonismo relativo impõe um freio à extração intensificada de mais-valia. Nos países dependentes, contudo, a produção destina-se majoritariamente ao mercado externo, tornando o consumo interno dos trabalhadores irrelevante para a realização do capital: "o trabalhador conta somente enquanto produtor, enquanto criador de bens de consumo, mas não conta jamais como consumidor" (Marini, 2025, p. 43).

Essa ruptura entre produção e consumo interno cria as condições estruturais para o

rebaixamento do valor da força de trabalho, que Marini define como a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real. Trata-se de três mecanismos combinados: o aumento da intensidade do trabalho sem alteração tecnológica, a prolongação da jornada de trabalho além dos limites razoáveis e o rebaixamento do salário abaixo do custo de reprodução da força de trabalho (Marini, 2025, p. 44-46). O resultado é que o fundo de consumo do trabalhador é convertido em parte do fundo de acumulação do capital, ou seja, a miséria do trabalhador não é consequência indesejada do sistema, mas condição de sua operação.

Essa formulação marinista aprofundada e específica, para o contexto latino-americano, a análise de Marx sobre o exército industrial de reserva. Em O Capital, Marx demonstra que o capitalismo necessita de uma massa de desempregados e subempregados para regular o preço da força de trabalho: quando abundam trabalhadores disponíveis, os salários caem; quando escasseiam, sobem. A pobreza não é falha do sistema, é seu regulador (Marx, [1867] 2013). Marini acrescenta que, nas economias dependentes, esse mecanismo adquire uma forma mais aguda: essa espoliação intensificada do trabalho é não apenas funcional mas estruturalmente necessária para compensar a transferência de valor aos países centrais por meio das relações de troca desigual no mercado mundial.

Os dados do Censo Comunitário do Sapê revelam, em escala domiciliar e comunitária, os traços exatos que Marini descreveu em escala macroeconômica. No eixo do trabalho e renda, 62% dos trabalhadores da comunidade declaram rendimentos inferiores a R$ 1.518,00 mensais abaixo do salário mínimo vigente à época da pesquisa. As formas de contratação refletem a precariedade estrutural: 62 pessoas atuam de forma informal ou autônoma, 7 sobrevivem de "bicos", e a jornada de trabalho mais comum é a escala 6x1, ou seja, seis dias de trabalho para apenas um de descanso (Silva

et al., 2025). As ocupações predominantes reciclagem, construção civil, trabalho doméstico, serviços gerais são precisamente as que sustentam a infraestrutura e o conforto dos bairros vizinhos, sem que os benefícios revertam ao Sapê.

Marini identifica uma tendência central do capitalismo dependente: o capital responde à incapacidade do mercado interno de absorver a produção redistribuindo renda de forma regressiva, transferindo recursos dos estratos baixos para os estratos médios e altos a fim de criar uma esfera de consumo dinâmica que não dependa do poder aquisitivo dos trabalhadores (Marini, 2025, p. 4647). É exatamente o que o Censo do Sapê documenta em microescala: enquanto a comunidade serve como fornecedora de força de trabalho barata para a cidade, ela não constitui mercado para a produção que ajuda a criar. Os 43% de famílias dependentes do Bolsa Família e os 62% de trabalhadores com renda abaixo do salário mínimo revelam que a reprodução básica da vida no Sapê depende tanto do trabalho quanto da intervenção estatal compensatória o que Marx chamaria de salário indireto necessário para manter o exército de reserva minimamente funcional.

Em A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845), Engels descreveu com precisão as condições de vida do proletariado industrial de Manchester: cortiços sem ventilação, água contaminada por esgoto, ausência de drenagem, ruas lamacentas intransitáveis, trabalhadores explorados até o limite da sobrevivência biológica. A semelhança com o que o Censo de 2025 documenta no Sapê é analiticamente reveladora, não por acidente histórico, mas porque expõe a mesma lógica estrutural em contextos distintos.

No eixo do saneamento, os dados são contundentes: 37% dos domicílios descartam esgoto em fossas rudimentares ou buracos no solo, 32% utilizam valas a céu aberto e 27% lançam dejetos diretamente no Rio Cambuí (Silva et al., 2025). A nascente que abastecia a comunidade foi contaminada por vazamento de esgoto proveniente dos bairros vizinhos, obrigando 111 residências a depender de carro-pipa municipal com volume frequentemente insuficiente para as necessidades semanais familiares. Engels descreveu rios industriais transformados em esgotos e pobres forçados a retirar água (Engels, [1845] 2010). A situação do Sapê, às margens do Rio Cambuí no século XXI, é análogas às realidades.

No eixo da moradia, 88% dos domicílios utilizam telha de fibrocimento material mais suscetível a variações climáticas, e o bairro carece inteiramente de pavimentação e iluminação adequada. Nos dias de chuva, as ruas se tornam intransitáveis, impedindo o transporte escolar de acessar as residências e obrigando mães a percorrer até um quilômetro a pé, carregando crianças, para encontrar as vans nos pontos de acesso asfaltado (Silva et al., 2025). A solução encontrada pelos moradores é o uso de entulho de construção para melhorar as condições da passagem, em diferentes materiais, a mesma engenhosidade que Engels documentou nos trabalhadores ingleses construindo passagens provisórias nos becos insalubres da Ancoats.

Um elemento de especial relevância histórica no Censo do Sapê é a questão fundiária. O bairro está em processo de regularização na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (processo n.º 1.013.889-53.2022.8.26.0577), e 27% dos moradores declararam ter recebido notificação da Prefeitura para desapropriação de seus domicílios sendo que 10 deles aguardam resolução há mais de dez anos (Silva et al., 2025). Há relatos de demolições parciais de moradias sem notificação prévia.

Marx analisou processos análogos no contexto histórico inglês dos séculos XVIII e XIX sob o conceito de acumulação primitiva por espoliação: a expropriação das terras comuns dos camponeses, os "enclosures", que destruiu os meios de subsistência das comunidades rurais e forçou sua conversão em proletariado urbano disponível para as fábricas (Marx, [1867] 2013). Marini atualiza esse processo para a América Latina contemporânea, mostrando como o Estado, na sua forma dependente, funciona como instrumento de preservação das condições de degradação salarial extrema o que ele chama de Estado de contrainsurgência: uma estrutura que não apenas reprime a organização política dos explorados, mas mantém juridicamente as condições de sua vulnerabilidade (Marini, 2025, p. 372).

A irregularidade fundiária do Sapê não é esquecimento burocrático. É um instrumento preciso: uma comunidade que não sabe se amanhã terá onde morar não organiza resistência de longo prazo, não investe em suas habitações, não reivindica com a firmeza de quem tem segurança jurídica. A ameaça permanente de remoção é uma forma de poder. Como Engels identificou nos cortiços industriais ingleses mantidos ilegais não por falta de recursos dos proprietários, mas porque a precariedade mantinha o inquilino dependente e submisso, a irregularidade é o contrato de dominação.

Discussão

A Teoria Marxista da Dependência permite identificar, nos dados do Censo, não uma série de problemas isolados mas um ciclo estrutural de reprodução da pobreza que se autoalimenta com precisão de mecanismo. Marini demonstra que o padrão de reprodução do capital dependente cria necessariamente mecanismos de concentração: "a própria superexploração tende a criar necessariamente mecanismos de concentração, e essa é a base de desenvolvimento da economia monopolista nesses países" (Marini, 2025, p. 46). O Sapê documenta esse processo em escala territorial.

O ciclo funciona da seguinte forma: a ausência de regularização fundiária impede o endereço legal, que impede o comprovante de residência, que impede o acesso a crédito e serviços formais, que impede o investimento na moradia, que perpetua a irregularidade. A ausência de saneamento contamina as fontes de água, que gera riscos sanitários, que provoca afastamentos do trabalho, que reduz a renda, que impossibilita sair do bairro. A ausência de pavimentação torna o transporte escolar inacessível ao interior do bairro, o que dificulta a frequência escolar, o que reduz a escolaridade 139 moradores têm ensino fundamental incompleto, o que confina os trabalhadores ao mercado informal, o que mantém a renda abaixo do salário mínimo, o que reproduz a condição de classe (Silva et al., 2025). Cada privação gera a condição da privação seguinte. É o que Marx chamava de reprodução ampliada das relações de produção: o sistema não apenas produz riqueza e pobreza lado a lado, mas produz as condições para que a pobreza continue produzindo pobreza. O dado geográfico é, talvez, o mais politicamente revelador. O Sapê está na zona leste de São José dos Campos, a alguns quilômetros do centro de uma metrópole industrial que abriga a Embraer, o ITA, o INPE e um dos maiores complexos tecnológico-militares do hemisfério sul. A riqueza produzida com o trabalho de pessoas como as do Sapê como operários da construção civil, trabalhadores da limpeza, empregadas domésticas se converte em valor que circula em outra esfera, inacessível àqueles que o geraram. É a transferência de valor que Marini descreve em escala internacional acontecendo, de forma análoga, em escala intraurbana: o Sapê transfere valor para São José dos Campos e recebe em troca um carro-pipa semanal.

Conclusão

A análise sociológica do Censo Comunitário do Sapê I (2025), à luz do materialismo histórico de Marx e Engels e da Teoria Marxista da Dependência de Marini, conduz a uma conclusão que contraria o senso comum liberal: a pobreza da comunidade não é ausência de desenvolvimento, mas produto de um desenvolvimento que se faz às suas custas.

Os 384 moradores do Sapê não estão fora do sistema capitalista. Estão dentro dele, na posição que ele reserva àqueles cuja força de trabalho deve ser barata, cuja organização política deve ser dificultada e cuja existência deve ser mantida no limiar entre a sobrevivência e a dependência. A irregularidade fundiária, a falta de saneamento, a ameaça de remoção e a escassez de água não são acidentes administrativos: são mecanismos estruturais. Marini nos ensina que essa espoliação estrutural não é simplesmente exploração intensificada, é uma forma historicamente específica de acumulação que exige, como condição de sua operação, o rebaixamento dos trabalhadores abaixo do valor de sua força de trabalho (Marini, 2025, p. 45).

Do ponto de vista histórico, o Sapê representa a persistência, no Brasil do século XXI, de uma lógica de desenvolvimento urbano excludente cujas raízes remontam ao período colonial e escravista e que se reproduz, com novas formas, no capitalismo dependente contemporâneo. A proximidade geográfica entre o bairro e os centros de alta tecnologia de São José dos Campos não é um paradoxo, é a forma espacial da contradição que o capitalismo dependente produz. A riqueza e a miséria não coexistem por acaso: se produzem mutuamente. Transformar essa realidade exige, portanto, mais do que políticas compensatórias. Exige a ruptura com as relações de produção e de propriedade que tornam a existência de lugares como o Sapê não apenas possível, mas necessária à reprodução do capital. O Censo Comunitário cumpre, nesse contexto, a função que Engels atribuía ao seu trabalho sobre

Manchester: tornar visível o que o capital tem interesse em manter invisível. Nomear a miséria como produto histórico e social é o primeiro ato político de sua superação, e não somente como o IBGE é representado na música "Homem na Estrada", dos Racionais MC's, no seguinte trecho:

"Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou [...] / Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas / Logo depois esqueceram, filha da puta" (RACIONAIS MC'S, 1993).

Referências

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, [1845] 2010.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista dependente e a superexploração do trabalho (1972). In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (org.). Dependência e revolução na América Latina:
textos selecionados (1972-1994). São Paulo: Expressão Popular; Edunila, 2025. p. 41-56.

MARINI, Ruy Mauro. Dependência e subimperialismo na América Latina (1973). In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (org.). Dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994). São Paulo: Expressão Popular; Edunila, 2025. p. 57-63.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: o Estado contrarrevolucionário (1977). In: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (org.). Dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994). São Paulo: Expressão Popular; Edunila, 2025. p. 369-371.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, [1845-46] 2007.

SILVA, Marília Goulart; MACIEL, Lidiane Maria; PEREIRA, Amanda Juliana; BECCENERI, Leandro Blanque; PINHEIRO, Patrícia de Fátima; Associação de Moradores Chácara Sol Nascente. Atualização do Censo da Comunidade do Sapê – Chácara Sol Nascente. São José dos Campos, SP: UniVap, 2025. 103 p.